

Brasil não paga US\$

17/11/85, DOMINGO 9

Valter Melo

O Brasil já deixou de pagar, este ano, US\$ 5,343 bilhões do principal de sua dívida externa para com os bancos privados estrangeiros. Isso só acontece porque o Banco Central renegociou com os devedores a prorrogação da vigência dos acordos da Fase II, em que um dos pontos fundamentais diz que no decorrer de 1984 seriam honrados somente os juros, jogando para o futuro o pagamento do principal. Porém, durante 1985 o governo acertou três vezes com os bancos o adiamento deste pagamento, à espera do reinício das conversações para um acordo que vigore até 1990. Até lá, o Brasil continuaria pagando só os juros — como faz atualmente —, deixando o estoque da dívida para ser liquidado nos 14 anos seguintes.

Entre os dias 9 e 13 de dezembro o presidente do BC, Fernão Bracher, estará em Nova Iorque para contatos com o Comitê Assessor da renegociação da dívida brasileira, que é coordenado por William Rhodes, vice-presidente do Citibank, o maior credor individual do País. A visita terá um caráter meramente informal, segundo o próprio Bracher, pois as negociações oficiais somente acontecerão depois que o Brasil chegar a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Enquanto o governo da "Nova República" não decide uma linha de negociação com o Fundo, existindo até uma "vontade interna" muito forte de rejeitar o programa de ajuste do FMI, o Brasil continua pagando só os juros, que este ano deverão somar US\$ 12 bilhões.

Entretanto, o prazo da terceira prorrogação da Fase II vence em 17 de janeiro próximo, e se até lá não for feito um acordo com o FMI, o Banco Central terá, obrigatoriamente, de buscar uma quarta prorrogação. O presidente do BC admite que isso ocorrerá, mas manifesta a preferência por acordos mais estáveis e duradouros, o que significa um acordo prévio com o FMI, mesmo que em outras condições.

De qualquer forma, assim que forem abertas as urnas deste 15 de novembro, o País acordará para a dura realidade de submeter um "pacote" econômico ao Congresso Nacional, que, seja digerível simultaneamente pela opinião pública e pelo Fundo, a partir de Washington (EUA). Uma importante figura do governo disse que o Brasil tentará empurrar por goela abaixo dos tecnocratas **efeminianos** aquele "pacote", que será, mais do que isso, um programa oficial de condução da economia, tendo como expoente principal a redução do déficit público, a privatização da economia (como o FMI recomenda) e o aumento dos impostos para as classes de renda mais alta.

No próximo dia 20, está sendo esperada a visita do coordenador do Subcomitê de Economia do Comitê Assessor, Douglas Smeed, do Montreal Bank. No Banco Central, o banqueiro influirá na elaboração do documento "Brasil — Programa de Ajuste", que é editado trimestralmente. É através desta publicação que os bancos estrangeiros acompanham o desempenho da economia brasileira e constataam se seus interesses estão sendo resguardados, no sentido de que seja paga a dívida.

5,3 bi